

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS: EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS E EFICÁCIA DE SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Fabio da Silva Smoliak (IC), (UNESPAR/FECILCAM), fabio_smoliak@hotmail.com
Sérgio Luiz Maybuk (OR), (UNESPAR/FECILCAM), sergiomaybuk@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo terá o objetivo de identificar por meio da história econômica, os embriões dos primeiros indicadores econômicos que servem como instrumento de análise entre países mais desenvolvidos que outros, até chegar aos contemporâneos mais difundidos, ou seja, PIB, PNB, IDH. Nos primórdios ficou constatado que praticamente não existia nada que caracterizasse desenvolvimento de um país em relação de outro. As teorias de aumento de produtividade por meio da divisão do trabalho de Smith; a teoria da mais-valia de Marx e a teoria dos agregados econômicos que desembocaram na criação de alguns elementos da macroeconomia de Keynesiana foram fundamentais para que se chegassem aos indicadores econômicos e sociais da atualidade. Após 1960 surgiram tentativas da construção de indicadores que retratem os aspectos de meio ambiente, sustentabilidade e felicidade. Pretende-se com a presente proposta analisar a evolução da criação dos conceitos econômicos e sociais, identificando suas deficiências para reduzir os problemas de má aplicação das políticas públicas. A metodologia terá enfoque qualitativo e o trabalho se dará por meio de pesquisas bibliográficas e dados secundários existentes.

PALAVRAS-CHAVE: *Indicadores; Políticas Públicas; Eficácia.*

No processo de desenvolvimento econômico percebe-se a necessidade de quantificar o processo de evolução, e de modo geral comparar o quão desenvolvida é a sociedade, nos municípios, estados ou países, determinando os avanços ocorridos num determinado período de tempo. A evolução das sociedades em meio a mudança de se estabelecer, fixar moradias, e se tornarem sedentários a humanidade, passa a comparar povos, raças, crenças, culturas e grau de desenvolvimento. Por ora, o presente estudo pretende focar as ferramentas criadas e aperfeiçoadas para a quantificação do crescimento econômico, usar-se-á como divisor de águas, o antes e após o ano de 1500. Já que períodos anteriores à 1500 não estavam suficientemente desenvolvidos a ponto de terem um olhar crítico sobre a economia, iniciando uma escola ou leis econômicas.

O período anterior à 1500 d.C., no entanto, representou uma época muito diferente do período de 1500 até hoje. Havia pouco comércio antes de 1500, e a maioria dos bens era produzida para o consumo na comunidade que os produzia, sem serem enviados primeiro para o mercado. O dinheiro e o crédito não eram, portanto, amplamente utilizados, embora já existissem naquela época. Estados nacionais soberanos e economias nacionais integradas ainda não tinham se desenvolvido completamente, nem tinha sido formada nenhuma escola de pensamento econômico (BRUE, 2005, p. 2).

Nesta época surgiram grandes impérios, nas civilizações antigas: Mesopotâmico, Egípcio, Persa, Hebreus. Nas civilizações clássicas os impérios: Grego, Romano, Bizantino, civilizações Islâmicas, Orientais, de tamanho e vulto incomparáveis aos Estados dos nossos dias. Mas sua

abrangência, seu crescimento e desenvolvimento tiveram cunho Político-Religioso, se concretizou a base de inúmeras guerras, conquistas, anexação, escravização dos conquistados.

Segundo Lima & Puerta (2001 p. 315) “(...) o Egito foi invadido pelos Hicsos (...) os Caldeus não resistiram à invasão dos Persas (...) o império Persa foi invadido por Alexandre Magno, após isso conquistado pelos árabes. Guerras Médicas e do Peloponeso no império Grego (...). Conquista de Cartago, abre às portas a dominação romana”.

Percebe-se que nesse período não havia um modelo estabelecido servindo de instrumento para quantificar seus avanços, o crescimento destes impérios se deu através da dominação de outros povos e Estados, basicamente a extensão de terras.

Já na idade média, podem ser observados indícios de que começam a surgir escolas econômicas, criando doutrinas que segundo Rios (2002 p. 232) é o conjunto de princípios básicos em que se fundamentam um sistema religioso, filosófico ou político, gerando opinião a assuntos científicos e no caso, especificamente o econômico.

Do ponto de vista do estudo econômico, a divisão acima mencionada coincide com o início do mercantilismo. Para Maia (1994), o período mercantilista se inicia em 1500 e vai até 1750; (...) que é uma forma de organização econômica em que o governo decidia mais ou menos tudo; quem poderia produzir, ou comerciar, exportar ou importar o que, tendo em vista exclusivamente o aumento máximo da riqueza e do poder do Estado.

Um dos princípios do mercantilismo foi, segundo Silva (1977), Balança comercial favorável plenamente justificável, já que para os mercantilistas os metais preciosos – ouro e prata – constituíam a principal riqueza para um país. Sendo assim tem-se um dos primeiros meios de quantificar tanto a riqueza como o desenvolvimento de um Estado. Incorporado a este desejo metalista há também a proteção do mercado, como afirma Rezende (2007), em relação à balança comercial favorável, idéia básica dos mercantilistas era de que o volume das exportações superasse sempre o das importações, que deveria ser o mais reduzido possível. Ou seja, exportar o máximo e importar o mínimo necessário; e para que tal acontecesse, o caminho mais fácil era a aplicação de uma política protecionista.

Tem-se neste período como sendo o acúmulo de metais preciosos, fortalecimento de suas defesas como maneira de verificar o crescimento do Estado, entretanto com esta prática o mercantilismo, se torna inviável para o crescimento, ou seja, se todos quisessem exportar o máximo, importando o mínimo, o comércio tenderia a anular-se, sem que os países comprem uns dos outros não haveria meios de aumentar a quantidade de metais preciosos, ou seja, o sistema causando sua própria destruição.

Após os mercantilistas tem-se a escola clássica que remete a idéia que a geração de riqueza depende de outros fatores, mercantilistas e fisiocratas consideravam que os metais preciosos e a terra como principais fatores de riqueza nacional, para Adam Smith (1723 – 1790), o elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo; que depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados, através do aumento de excedentes para exportação.

Assim sendo, não se tem um abandono de pensamentos no que tange a medida de crescimento e desempenho econômico, somente cria-se novos meios para se chegar ao acúmulo, agora não de metais, mas no acúmulo de capital através do comércio internacional sem protecionismo de “mão dupla”.

Assim, as teorias que se seguiram somente apontavam os caminhos mais propícios para se chegar ao acúmulo de capital. Adam Smith (1776) defendia que a divisão do trabalho e o acúmulo de capital eram fatores primários para promover o crescimento econômico, o que conduziria ao aumento da riqueza de uma nação. Isto porque, a divisão do trabalho propiciava um aumento na quantidade produzida, ou seja, através da especialização a aumento no acúmulo de capital.

Surge com David Ricardo em 1817 na obra Princípios de Economia Política e Tributação, a importante Teoria das Vantagens Comparativas onde o gerador deste acúmulo é a especialização no produto, em que o país com melhores vantagens em relação aos demais em determinado produto se sobressaía. Para Ricardo (1817) em um sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital a atividade que lhe seja mais benéfica; Esta busca de vantagem individual se associa ao bem universal do conjunto de países. Através do uso da vantagem o país tenderá a especializar a um produto para exportação, gerando mais excedentes, mais riqueza a qual pagaria a importação de outro bem que necessite e ainda lhe reste reservas.

Continuando na busca de um meio de quantificar o crescimento dos países, além da quantidade metálica, mas um índice que expressasse esse crescimento chega-se, a Karl Marx (1818-1883), antagônico às demais escolas vistas, com nova ideologia, com novos métodos desenvolve teorias e cria uma ruptura na base teórica e ideológica debatida até hoje.

Para Marx o valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho, ou seja, o verdadeiro modo de obter lucro é no trabalho inserido na cadeia produtiva, somente este gera capital. Para Singer (1987), o trabalho e a única parte do capital que aumenta de valor, força de trabalho funcionando cria mais valor do que ela custa à classe capitalista. Assim têm-se mais uma vez, que a geração de riqueza é possibilitada pelo acúmulo de capital, só que agora por meio da exploração da mais-valia.

Até este período, não foi elaborado um modelo para quantificar o crescimento, portanto, outra possível comparação entre os países não existia, senão a quantidade de capital ou ouro que cada um detinha. No decorrer da história, surgiram teorias que se basearam em modelos matemáticos de contribuição analítica que seguiram uma “matematização” econômica, seguindo debates nos tubos de ensaio da academia, explicando por equações a realidade e leis econômicas.

Na evolução do pensamento como também com a evolução da sociedade, surge em 1936 com a publicação de *The General Theory of Employment, Interest and Money* de John Maynard Keynes, os alicerces de uma escola importante a escola Keynesiana. Luque (2006) afirma que Keynes foi o fundador da macroeconomia. Antes de Keynes já se tinha a preocupação em analisar o desempenho da economia no seu agregado, porém Keynes mostrou que a economia capitalista clássica pelo viés liberal não intervencionista não tinha a capacidade de promover o pleno emprego, abrindo espaço para a intervenção governamental orientando sua política econômico rumo ao pleno emprego.

Neste aspecto, pode-se conceituar a macroeconomia como sendo o estudo dos agregados econômicos, de seus comportamentos e das relações que guardam entre si. Segundo Fonseca (2006) os agregados que tem recebido maior atenção dos estudiosos são: o Produto Nacional Bruto (PNB), o nível de emprego e a taxa de crescimento dos preços.

Através destes estudos pode-se estimar o crescimento de um País em relação a outro, aferindo o desempenho ou evolução de cada um, bem como seus reais avanços. Portanto, no decorrer da história humana sempre se buscou um meio para determinar o crescimento e desenvolvimento, porém, somente no século XX são criados indicadores mais consistentes, como PIB, IDH, PNB etc.

A partir de 1900, muitos fatos ocorreram e todos eles levados por problemas econômicos, inclusive a primeira guerra mundial, mas o destaque foi a grande crise de 1929. Esta turbulência, aliada a incertezas com relação ao futuro, fez com que o mundo gerasse necessidade de explicações econômicas, sociais, políticas, religiosas, foi em meio a este “turbilhão” de acontecimentos que surgem as primeiras tentativas de se medir realmente os agregados econômicos.

Cabe ressaltar que o tema desenvolvimento e crescimento são debatidos desde os primórdios e que apesar de vastos trabalhos somente por volta do fim da segunda guerra é que se investigam os grandes agregados macroeconômicos. (SMOLIAK; MAYBUK, 2011)

Começaram a partir de então a tentar criar algum medidor econômico para acompanhar a “saúde” econômica e financeira dos países. Em 1934 os Estados Unidos da América, tinham como meta tentar calcular a produção total do país. Tem-se neste momento, a pré-criação do que mais tarde passará a ser conhecido como PNB (produto nacional bruto), e o PIB (produto interno bruto).

Mais tarde começa a surgir o sistema nacional de contas para calcular produto, renda e contas nacionais. A partir deste ponto o PNB e o PIB, ganham importante espaço na política econômica, já que se tornam as medidas adotadas pelos países para determinar a soma do que se produz dentro das fronteiras geográficas dos mesmos (PIB), e/ou pelo que é produzido pelas empresas do país dentro ou fora dos seus limites geográficos (PNB), por um período de tempo. Tem-se neste ponto o surgimento do mais relevante indicador de crescimento e desenvolvimento de um país, amplamente usado, como indicador que norteia as políticas públicas.

Mais recentemente para tentar corrigir os indicadores de PIB e PNB que não atestam qualidade de vida, surge um indicador importante, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. O conceito do IDH é base do Relatório do Desenvolvimento Humano, que parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população, não se deve apenas considerar a dimensão econômica, mas também, outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana.

A partir da criação do IDH, a preocupação passou a ser também com o meio ambiente e a sustentabilidade e com um aspecto que parece ser utópico ou filosófico, mas que parece ter todo o sentido, são os indicadores de felicidade que muito além de apenas de bens e serviços de qualidade à disposição. Surgiu assim uma infinidade de tentativas tais como, por exemplo: os Princípios de Bellagio, PNUD, BIP40, Balanço Contábil das Nações, BS, Calvert Henderson, DNA Brasil, Dashboard of Sustainability, Ecological Footprint, Environmental Performance Index, Environmental Sustainability Index, Environmental Vulnerability Index, Genuine Progress Indicator, GSI - World Bank's Genuine Saving Indicator, HPI - Happy Planet Index, - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável IBGE, Index of Economic Well-being, Índice Paulista de RS, Index of Sustainable Economic Welfare, ISH - Index Social Health, Living Planet Index, Responsible Competitiveness Index, Social Footprint, The Well-being of Nations, dentre outros não muito desenvolvidos ainda.

Faz-se necessário neste momento o entendimento teórico acerca da criação de indicadores, sendo assim pretende explorar de maneira geral o verdadeiro papel que assumiu nas últimas décadas a elaboração de indicadores, bem como os aspectos inerentes ao arcabouço metodológico-teórico, e por fim seu papel na elaboração de análises, que representem os caminhos para fundamentação de políticas públicas.

Comumente um fato gera discordância no meio acadêmico, que é a relação entre indicador e índice, em sua validação conceitual, bem como em sua fundamentação teórica, e este é um ponto onde as divergências não conseguem serem corrigidas e apresentadas de maneira conceitual unânime, portanto cada corrente de pensadores se baseia na que melhor ideologicamente lhe agrade, o presente

pretende apenas expor e não entrará no mérito da questão para concluir qual é ou não o melhor do ponto de vista conceitual.

Existe certa confusão sobre o significado de índice e indicador, onde muitas vezes são erroneamente utilizados como sinônimos. Segundo Mitchell (1996), indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Para Mueller et al. (1997), um indicador pode ser um dado individual ou um agregado de informações, sendo que um bom indicador deve conter os seguintes atributos: simples de entender; quantificação estatística e lógica coerente; e comunicar eficientemente o estado do fenômeno observado. Para Shields et al. (2002), um índice revela o estado de um sistema ou fenômeno. Prabhuet al. (1996) argumentam que um índice pode ser construído para analisar dados através da junção de um jogo de elementos com relacionamentos estabelecidos. (apud SICHE; AGOSTINHO; ORTEGA; ROMEIRO 2007).

Portanto o índice é considerado como o valor final de cálculo, de onde se usa indicadores como variáveis, podendo ser visto como um indicador de alta categoria. (SICHE; AGOSTINHO; ORTEGA; ROMEIRO 2007).

Entretanto uma corrente mais “matematizada” parte do pressuposto de que os números-índices são medidas estatísticas geralmente expressas em porcentagem, que indica a variação média de determinadas quantidades, usadas com frequência para comparar grupos de variáveis relacionadas entre si e para obter um quadro simples e resumido das mudanças significativas ocorridas ao longo do tempo ou em diferentes lugares. (HOFFMANN, 2006) Para Paulo Reis Mourão¹ em sua contribuição para o estudo econômico dos indicadores regionais diz que o índice, ainda que seja um indicador, procura em sua essência analisar a evolução de uma variável, recorrendo-se a uma média padronizada que se identifica com o valor de um período base. Sendo assim será influenciado pela unidade de medida bem como pela importância de cada item se tornando limitado para representar de maneira uniforme a realidade.

Ambos funcionam como um alarme, para manifestar a situação do sistema avaliado, já que são valores estáticos, retratando a realidade como uma forma de fotografia, sabe-se que os fatos sociais e naturais são dinâmicos, os índices não captam certos fenômenos que ocorrem no sistema, como mudanças tecnológicas ou a adaptabilidade dos sistemas sociais. (SICHE; AGOSTINHO; ORTEGA, 2007)

Sendo assim a presente pesquisa fará o uso de indicador para designar tanto indicador como índice não buscando uma diferenciação teórica, mas sim, retratando as etapas e construção destas

¹Paulo Reis Mourão – Departamento de Economia / Núcleo de Investigação em Políticas Econômicas da Universidade de Minho (Portugal), artigo intitulado Contributo Para o Estudo Económico dos Indicadores Regionais publicado na RPER (revista portuguesa de estudos regionais) acessado no endereço <<http://www.apdr.pt/siteRPER/>>.

ferramentas analíticas da realidade econômica, social, sustentável e política da sociedade a qual estamos inseridos.

Por ora consideraremos resolvida a problemática acerca da divergência conceitual sobre indicadores e índices econômicos, sociais e ambientais, dando prosseguimento para o entendimento sobre suas funcionalidades e a devida explicação do uso neste trabalho de indicadores, designando também índices. Para isso, entraremos na espinha dorsal metodológica que refere-se a inclusão de indicadores modernos.

É chegada a hora de que seja desmembrada a pesquisa em torno de três eixos, a saber: econômico, social e ambiental. Estes são largamente usados para possíveis comparações de crescimento, desenvolvimento, e dentro deles tem-se uma infinidade de indicadores específicos, os quais pelo caráter geral desta pesquisa não poderá ser esmiuçado criteriosamente. Será então proposto utilizar os dois indicadores mais importante de cada classe, lembrando que poderá haver diferenciações desta importância de acordo com cada pesquisador e sua base ideológica, portanto, não é de se espantar que outros pesquisadores opinem de maneiras opostas no que tange ao nível de importância dos utilizados neste trabalho.

Dentre os indicadores econômicos, os dois que merecem destaque são o PIB e o PIB – PIB capita, amplamente utilizados para a mensuração das atividades econômicas, como também para possíveis comparações econômicas, sociais e ambientais entre regiões.

Para Gremaud (2006) o PIB ou Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território geográfico de um país, independentemente se as empresas são nacionais ou não. Por bens e serviços finais compreende-se que não são consideradas as transações intermediárias. Toda a produção é medida a preços de mercado e o PIB pode ser calculado sob três aspectos, a saber: (i) **Pela ótica da produção**, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos, ou seja, o valor da produção dos bens e serviços descontados os insumos utilizados para determinado fim, dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais (IBGE, 2011). (ii) **Pela ótica da renda**, o PIB é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios (IBGE, 2011). (iii) **Pela ótica do dispêndio**, resulta da soma dos gastos em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta (GREMAUD, 2006).

Sob um olhar mais crítico tem-se pelo menos três pontos a destacar que pode fragilizar o indicador: (i) a não inclusão do trabalho informal de um país, como exemplo será usado no Brasil, o qual possui segundo Hallak, Namir, Kosovits (2007) cerca de 27% dos postos de trabalho, e representa cerca de 47 milhões de postos de trabalho, seja no campo ou na cidade principalmente na área de construção civil, ou prestação de serviços, muita renda gerada e gasta na economia que não entra na rubrica de mensuração da atividade econômica de um país. (ii) os recursos naturais inexplorados, que se torna riqueza nas contas nacionais somente depois de explorados, no entanto deveria acrescentar-se ao PIB os recursos comprovados, e deduzir ao mesmo tempo em que ocorre sua exploração os danos causados ao meio ambiente, ou seja, uma reserva de petróleo deveria entrar no valor da produção ao mesmo tempo em que sua exploração negativa a conta de destruição do meio ambiente por isso, seja por meio de desastres ou imperícias técnicas de quem as extrai. (iii) quanto se opta por estudar series maiores para visualizar o andamento do país e possíveis comparações com outros temos dois pontos que merecem receber criteriosa análise é saber dimensionar a escolha do ano base que poderá influenciar a série inteira como também saber se no caso do PIB real os preços não foram influenciados por crises ou algo do gênero, para isso usar-se-á o deflacionamento da série, mas qual usar, todos os países adotam o mesmo? As próprias metodologias utilizadas não são unânimes, portanto passíveis de fragilizar o indicador no que tange a comparabilidade no tempo e espaço entre dois países.

Já no caso do PIB per capita (divisão do PIB pelo total de indivíduos), ou seja, usa-se de uma média simples para estabelecer qual a renda média por agente econômico dentro das fronteiras geográficas de um país (GREMAUD, 2006), usa-se como ponto de partida um indicador questionável e o torna mais questionável ainda, já que em média simples não são considerados os desvios-padrões da amostra, sendo assim podemos ter na mesma amostra indivíduos que ganhem muito acima que puxam a média para cima e outros muito pobres, mas que não conseguem puxar a média para baixo, sem contar a perda em certos períodos do poder aquisitivo dos indivíduos envolvidos. Assim sendo temos um indicador vazio que não consegue distinguir entre ricos e pobre, uma saída seria a utilização de extratos sociais e comparar indivíduos que recebem na mesma faixa de salários, e visualizar se em um mesmo espaço geográfico dentro desta faixa haveria diferença de desenvolvimento ou crescimento.

No que tange a indicadores sociais será enfatizados dois importantes e difundidos para análise e comparação, a saber: medidas de pobreza, e o IDH (índice de desenvolvimento humano).

O primeiro tentará estabelecer pobreza com o uso de manifestações como condições habitacionais inapropriadas, pessoas desnutridas, incidência de doenças associadas à deficiência de

alimentação, nas condições de higiene, a falta de serviços básicos como água encanada e eletricidade, taxa de mortalidade infantil entre outras, e são consideradas pobres as pessoas cuja renda é igual ou inferior a um valor preestabelecido, denominado linha de pobreza (HOFFMANN, 1998).

Os problemas que surgem desta abordagem são: (i) a renda é subjetiva quando comparamos famílias com diferentes rendas, já que para uma família a renda pode estar sendo corroída por problemas de saúde de um integrante da mesma, ou que com o desenvolvimento de produtos estes podem ser substituídos e seriam esquecidos pela produção assim se gastaria mais para adquirir seu similar. (ii) a arbitrariedade com relação ao estabelecimento de uma linha de pobreza, já que conceitualmente não se tem claro o que uma pessoa verdadeiramente necessite para se ter uma vida digna. Hoffmann (1998) o ideal seria usar uma linha de pobreza que seu valor crescesse, refletindo o aumento das despesas com a manutenção de vida.

Diante das dificuldades de se estabelecer uma linha de pobreza igualitária com garantias mínimas para a sobrevivência remeteu a pesquisar nas garantias regidas por leis para o Brasil. Durante a busca de uma linha de pobreza entramos num “campo minado” onde cada autor elabora uma linha de pobreza que é defendida por vezes buscando beneficiar grupos de pessoas, portanto o trabalho se foca em algo que seja constitucional para que não seja fixada uma linha arbitrária e errônea sobre a realidade, ressaltando como premissa básica que esta fixação seja garantida por lei constitucional.

Na busca conceitual sobre a possível linha de pobreza para o Brasil, basear-se-á no que seja garantido por lei como básico ao ser humano, trabalhador para sua manutenção, para esta tarefa retrocederemos ao ano de 1943, ano este em que foi criada a CLT (consolidação das leis do trabalho), mesmo as leis tratando da relação entre trabalhadores sejam de 1934, ano que se tinha previsto a criação de uma lei que assegura um salário mínimo, vale ressaltar que essas leis foram criadas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. (SCHMIDT, 2008)

Não entraremos nos méritos ou circunstâncias que levaram o governo a criar tais leis, para tanto será baseado o estudo da linha de pobreza com o que rege o Art. 81 da CLT - O salário mínimo será determinado pela fórmula:

$$SM = a + b + c + d + e$$

Em que:

"a": representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação;

"b": habitação;

"c": vestuário;

"d": higiene;

"e": transporte;

O indivíduo para conseguir ter uma vida digna precisa de um salário capaz de equalizar os custos com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, garantias básicas e além disso, que sejam garantidas por lei constitucional, assim como, os devidos reajustes e atualizações para manter o poder de compra. Bem diferente da que hoje se usa no Brasil como linha de pobreza que segundo o próprio governo é de R\$ 70,00 reais por mês, com cálculos simples $70 / 30$ dias é igual a R\$ 2,33 por dia dividido em três refeições temos o valor de R\$ 0,77 por refeição levando em consideração o preço de um pastel que hoje custa R\$ 2,50, o indivíduo não teria condições de consumi-lo retratando a arbitrariedade envolvida.

Para o IDH segundo Andrade, Silva e Firmino (2010) criado em meados da década de 90 influenciado pelo indiano Amartya Sen, usa em sua elaboração quatro indicadores primários que fundidos se tornam o IDH, sendo eles formados por: longevidade (Min. 25, Max. 85), taxa de alfabetização de adultos (Min. 0, Max. 100), taxa de escolarização bruta combinada (Min. 0, Max. 100), e PIB per capita (PPC em USD; Min. 100, Max. 40.000), seu resultado variando de zero a um, onde quanto mais próximo de um melhor.

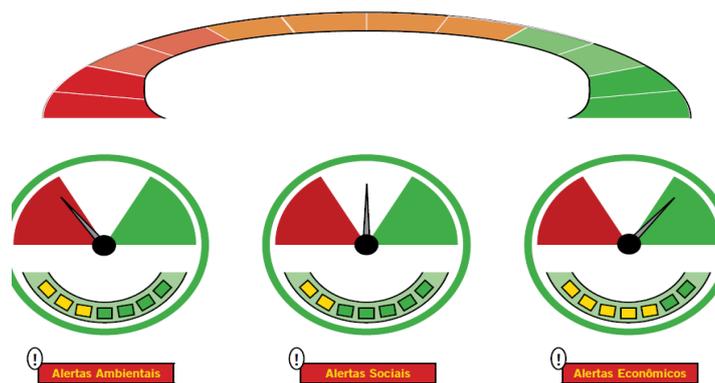
De maneira menos presunçosa para se medir a qualidade de vida de uma população parece estar extremamente funcional, mas os questionamentos quando ao uso em comparações entre países também o seria? (i) longevidade depende do grau de desenvolvimento atual de cada país, ou seja, quanto mais desenvolvido for maior tenderá a ser sua expectativa de vida ao nascer já que técnicas e rendas maiores, tenderá a aumentar a expectativa de vida, impossibilitando, portanto comparar países com graus de desenvolvimento diferentes. (ii) alfabetização de adultos e escolarização bruta combinada, não reflete a idéia de qualidade e sim de quantidade, portanto o país pode ter melhor média se todos estiverem sendo escolarizados, mas isso impede de saber qual o grau de qualidade deste ensino. (iii) PIB per capita já discutido anteriormente, e que segundo Bellen (2006) e essencialmente uma medida de a quão rápida os recursos são transformados em fluxos monetários, sem considerar seus efeitos específicos à sociedade.

Na atualidade estão ou foram criados inúmeros indicadores de sustentabilidade alguns mais outros menos relevantes, mas todos contribuíram para a caminhada do desenvolvimento de indicadores que verdadeiramente retratem a sociedade e sirvam de base para o estabelecimento de políticas públicas eficazes, analisando de modo mais amplo a sociedade por diversas dimensões além do social, ou do econômico, e neste momento que nos deparamos com a infinidade de levantamentos de dados que por vezes cientistas e acadêmicos não dão a devida atenção.

Dentre os principais será escolhido dois pelo caráter exploratório deste trabalho, seguindo a visão de Hans Michael van Bellen mostra o Dashboard of Sustainability e o Barômetro da Sustentabilidade.

O primeiro desenvolvimento em modo de cooperação entre alguns países encabeçados pelo Canadá que é um índice agregado de vários indicadores de desempenho econômico, social e ambiental que mostra os avanços em direção à sustentabilidade (LOUETTE, 2009). Seu escopo abrange o ecológico, social, econômico e institucional, seu modelo teórico não abrange o global e o individual, com complexidade mediana e prevê um sistema de alerta quando houver mudanças bruscas de indicadores usados. São utilizados na sua elaboração 46 indicadores sobre aproximadamente 100 países.

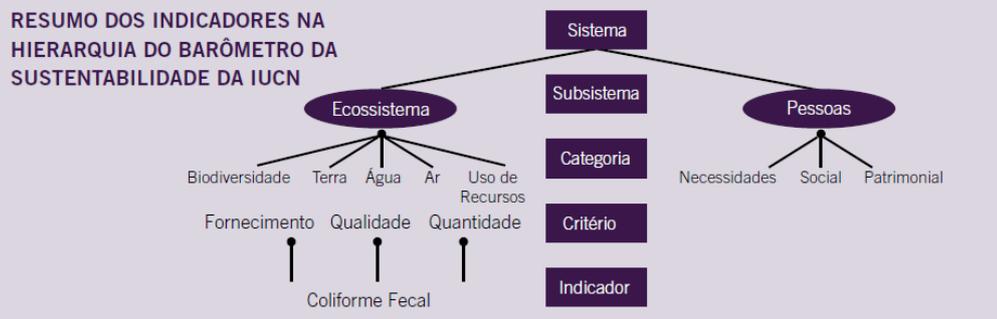
Figura 1: Esquema do indicador Dashboard of Sustainability.



Fonte: Louette, 2009.

Superando assim a desvantagem de trabalhar um escopo e utiliza quatro dimensões sugeridas pela ONU, isso confere maior legitimidade aos tomadores de decisão, entretanto pode mascarar a sustentabilidade efetiva do desenvolvimento. Permite visualização dos pesos atribuídos aos indicadores diretamente na ferramenta (BELLEN, 2006).

Já o Barômetro da sustentabilidade é desenvolvido pelo Canadá, relata e avalia o progresso em direção a sociedades mais sustentáveis utiliza diversos indicadores sociais e ambientais. Não considera em seu escopo o econômico e institucional, em seu modelo teórico deixa a desejar o ambiente organizacional e individual, possui uma abordagem mista, e uma interface com média complexidade. Seu incremento maior com relação ao anterior se refere à utilização de um sistema predefinido de escolha dos indicadores (BELLEN, 2006).



Fonte: Louette 2009.

Como pode ser observado são ferramentas experimentais que não possuem uma base metodológica difundida para todos os países, além é claro de utilizar-se do meio ambiente e não na preocupação econômica do sistema ao qual estamos inseridos. Deixando a desejar numa possível comparação no grau de desenvolvimento ou crescimento entre regiões. Ajudam no aperfeiçoamento de políticas ligadas ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se da identificação dos possíveis embriões dos indicadores de crescimento e desenvolvimento analisados permitiu-se concluir que em períodos muito remotos da nossa história não foram caracterizadas por fontes científicas, apresentava-se uma contabilidade rudimentar para possíveis comparações econômicas, sociais e ambientais. Dentro da evolução social e intelectual somente no século XX foram criadas e aperfeiçoadas ferramentas capazes de tal mensuração, precisamente após os estudos de Keynes, e o desenvolvimento da macroeconomia. Justificando a maior concentração deste tipo de indicadores, os mais utilizados, por ter suas bases amplamente difundidas no mundo, apresentam certas vulnerabilidades, entretanto não há clareza pela falta de debates sobre indicadores que retratem a sociedade de forma mais clara, o que poderia originar políticas públicas adequadas na sua aplicabilidade.

Este trabalho cumpre com seu papel ao levantar o questionamento acerca dos indicadores usados atualmente, e que por vezes apresentam falhas, algumas até graves no sentido de mensurar não somente de forma quantitativa como também de forma qualitativa o município, estado e países, a sociedade e suas diferenças, para nortear a tomada de decisão visando o crescimento e desenvolvimento. Cabe ressaltar ainda que quando se fala em indicadores não podemos dizer que estão totalmente errôneos em seu método, mas que poderiam se tornar melhores e mais eficientes se combinados culminando em um único indicador.

É necessário um debate técnico entre formuladores de política e pesquisadores para que desta interação possa identificar os pormenores e o que permeia os indicadores usados afim do seu próprio melhoramento.

As possibilidades são muitas desde que os indicadores gerados retratem o social, o econômico, o sustentável e ambiental, em um único cerne, a fim de difundir-lo e assim conseguir um indicador mundial calculado a partir de uma base metodológica igual, assim permitindo comparações, e aferições de forma mais equânime da realidade.

Por último, precisa ser estabelecido na criação deste novo modelo de indicador, o esquecimento de ideologias dominantes, e que cada qual seja capaz de deixar de lado diferenças, políticas, para não mascarar a realidade em propósito individual, abandonar suas crenças no sentido de quebrar os paradigmas até agora impostos, e que esta ruptura abranja a noção de soberania intelectual, para dar a chance de abranger a maior parte das populações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAUJO, Márcio Silva. **Evolução e definição das contas financeiras no âmbito do sistema de contas nacionais**. Departamento de estudos e pesquisas do Banco Central do Brasil, 2001.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELL, John Fred. **História do Pensamento Econômico**, 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. 6. Ed. São Paulo: Thomson, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1983.

FEIJÓ, Ricardo. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2001.

FGV (**Fundação Getúlio Vargas**). Acessado em 10/02/2012 às 22h30min no endereço eletrônico: <http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/e/e6/Macroeconomia.pdf>

- GIANNOTTI, José A. **Os pensadores. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos: e outros textos escolhidos**. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GIORDANI, Mario C. **Antiguidade clássica II: História de Roma**. Petrópolis: Vozes, 1968.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GREMAUD, Amaury P. [et al]. **Manual de economia: equipe de professores da USP**. Organizadores: PINHO, Diva B. & VASCONCELLOS, Marco A. S. de. 5. Ed. São Paulo, 2006.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 3. ED. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.
- JUNIOR, Hilário Franco; CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1989.
- KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.
- LIMA, Silvana & Puerta, Eliane G. L. **História: concursos e vestibulares**. São Paulo: DCL, 2001.
- LOUETTE, Anne. **Indicadores de nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade de gestão do conhecimento**. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2009.
- MAIA, J. de M. **Economia internacional e comércio internacional**. São Paulo: Atlas, 1994.
- MOTA, Myriam Becho. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- NICOLET, Claude. **Roma y la conquista del mundo mediterráneo: 264-27 a. De J.C.** Barcelona: Labor, 1982.
- NUNES, Eduardo Pereira. **Sistema de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil**. Tese de doutoramento apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.
- PINHEIRO, Antônio Florêncio de Lima. **Elementos da Macroeconomia e Contabilidade Nacional**. 4. Ed. São Paulo: Nobel S.A, 1979.
- PNUD. **Índice de desenvolvimento humano**. Acessado em 05/05/2011 às 21h35min. No endereço eletrônico: <http://www.pnud.org.br/idh>.

- REZENDE, Cyro. **História econômica geral**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução: SANDRONI, P. H. R. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIOS, D. R. **Dicionário da língua portuguesa**. 1. Ed. São Paulo: DCL, 1999.
- ROSSETTI, José Paschoal. **Política e programação econômica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- SICHE, Raúl; AGOSTINHO, Feni; ORTEGA, Enrique. **Índices Versus Indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países**. Acessado em 22/12/2011 às 22h30min no endereço eletrônico: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000200009
- SILVA, Aristides. **Economia internacional: uma introdução**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- SMOLIAK, Fabio da Silva; MAYBUK, Sérgio Luiz. Os Primórdios dos Indicadores Econômicos e Sociais. Apresentado no VII Enppex. 2011.
- SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução lógica e sua dinâmica**. 19. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2001.
- ZENCEY, Eric. **Editorial no jornal New York Times**. Em 10 de agosto de 2009.